



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2025

(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)

Requerimento de Informação ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Mauro Vieira, sobre o Comunicado Conjunto da V Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais Brasil-Palestina.

Senhor Presidente:

Requerimento de Informação ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Mauro Vieira, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sobre o Comunicado Conjunto da V Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais Brasil-Palestina.

Considerando a relevância do tema para a sociedade brasileira e o impacto nas relações diplomáticas do país, apresento as seguintes perguntas:

- 1 - Qual é a posição oficial do governo brasileiro em relação ao Comunicado Conjunto da V Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais Brasil-Palestina, publicado em 17 de março de 2025, especialmente no que tange ao apoio implícito às demandas palestinas sem menção explícita aos atos terroristas do Hamas?
- 2- Por que o Brasil, no referido Conjunto Comunicado, não condenou de forma clara e inequívoca as ações terroristas perpetradas pelo Hamas contra civis israelenses em 7 de outubro de 2023, que resultaram em mais de 1.200 mortes e sequestros em massa?
- 3 - O governo brasileiro considera que o apoio à causa palestina, conforme expresso no Comunicado inclui endosso indireto às atividades do Hamas, uma organização reconhecida internacionalmente como terrorista?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

Apresentação: 19/03/2025 11:21:03.150 - Mesa

RIC n.876/2025

- 4 - Qual é a justificativa para o silêncio do Ministério das Relações Exteriores sobre as violações de direitos humanos cometidas pelo Hamas contra civis israelenses, incluindo assassinatos, sequestros e ataques envolvidos, em 7 de outubro de 2023?
- 5 - Por que a diplomacia brasileira parece priorizar a defesa da causa palestina em detrimento de uma postura equilibrada que também reconheça o direito de Israel à segurança e à autodefesa?
- 6 - Qual é a base jurídica e política para o Brasil se alinhar tão fortemente à narrativa palestina, ignorando o impacto devastador do terrorismo do Hamas sobre a população civil em Israel?
- 7 - O compromisso do governo brasileiro na causa palestina reflete uma mudança deliberada na política externa ou é apenas uma continuação da visão ideológica do governo atual?
- 8 - Como o Ministério das Relações Exteriores justifica o foco desproporcional na questão palestina enquanto enfrenta outras crises humanitárias globais de igual ou maior gravidade?
- 9 - Há influência de interesses partidários ou ideológicos na decisão de priorizar a causa palestina, em detrimento de uma diplomacia mais imparcial e voltada para os interesses nacionais?
- 10 - O governo brasileiro teme que sua postura pró-Palestina possa prejudicar as relações históricas e estratégicas com Israel, um parceiro comercial e tecnológico relevante?
- 11 - Por que o Brasil insiste em fortalecer laços com a Palestina, mesmo diante de evidências de que o Hamas utiliza recursos e territórios de Gaza para fins terroristas?
- 12 - Qual é o objetivo estratégico de longo prazo do governo brasileiro ao se posicionar como um dos principais defensores da causa palestina no cenário internacional?
- 13 - Como o Ministério explica a ausência de críticas ao Hamas no Comunicado Conjunto, enquanto se dedica a condenar as ações de Israel, criando uma percepção de parcialidade?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

14 - O que o governo brasileiro tem a dizer aos cidadãos brasileiros de origem judaica, que se sentem traídos por essa postura aparentemente desequilibrada em favor da Palestina?

15 - A diplomacia brasileira está disposta a rever sua abordagem à causa palestina para adotar uma posição mais neutra e alinhada aos princípios de paz e justiça para ambos os lados do conflito?

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento de informação é motivado pela necessidade de esclarecer a política externa brasileira em relação a guerra do Estado de Israel contra os terroristas dos Hamas, especialmente após a publicação do Comunicado Conjunto da V Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais Brasil-Palestina, em 17 de março de 2025. Tal documento levanta sérias dúvidas sobre a imparcialidade do governo brasileiro, que parece adotar uma postura unilateral em favor da causa palestina, sem o devido reconhecimento das ações terroristas perpetradas pelo Hamas.

A omissão quanto aos ataques de 7 de outubro de 2023, que chocaram o mundo pela brutalidade contra civis israelenses, é particularmente preocupante e exige respostas claras do Ministério das Relações Exteriores.

A diplomacia brasileira, historicamente marcada pelo equilíbrio e pela busca da paz, parece estar se desviando de seus princípios ao priorizar a narrativa palestina em detrimento de uma análise justa e abrangente do conflito. O Hamas, reconhecido por diversos países como uma organização terrorista, foi responsável por atos de violência extrema, incluindo assassinatos em massa e sequestros, que violam os direitos humanos mais básicos. A ausência de qualquer menção ou declaração a esses atos no Comunicado Conjunto sugere uma conivência tácita ou, no mínimo, uma negligência inaceitável por parte do governo brasileiro, o que exige a revisão de nossa política externa.

Além disso, o comprometimento desmedido na defesa da causa palestina levanta suspeita sobre os reais motivos do atual governo. Em um momento em que o Brasil enfrenta desafios internos importantes, como crise econômica e insegurança pública, a dedicação de recursos e energia diplomática a uma questão tão polarizada e distante de nossos interesses imediatos como uma escolha ideológica, e não estratégica. Tal postura pode afastar parceiros internacionais





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

importantes, como Israel, e prejudicar relações comerciais e tecnológicas que beneficiam o povo brasileiro.

A população brasileira, representada por esta Casa Legislativa, tem o direito de saber por que o Ministério das Relações Exteriores opta por uma abordagem em defesa da causa palestina, que ignora as vítimas israelenses do terrorismo e foca exclusivamente nas demandas palestinas. Este requerimento de informação busca não apenas esclarecimentos, mas também uma reflexão crítica sobre os rumores da política externa, que parece estar sendo incluída mais por camadas político-ideológicas do que pelo interesse nacional. A falta de equilíbrio e a omissão diante de atos terroristas como os de 7 de outubro de 2023 são injustificáveis e exigem uma resposta transparente do Ministro Mauro Vieira.

Por fim, este requerimento de informação é um exercício legítimo do poder de fiscalização do Congresso Nacional, previsto na Constituição Federal e no Regimento Interno da Câmara dos Deputados. É imperativo que o governo preste conta sobre suas escolhas diplomáticas, especialmente em um tema tão complexo que é a guerra do Estado de Israel contra os terroristas do Hamas.

A aproximação ou o alinhamento cego do governo do Presidente Lula à causa palestina é contraditória e incompatível com a história da diplomacia brasileira, que historicamente mantém proximidade e boas relações com o Estado de Israel.

Sala de Sessões, em de de 2025

Cabo Gilberto Silva

Deputado Federal

PL/PB

Apresentação: 19/03/2025 11:21:03.150 - Mesa

RIC n.876/2025





Requerimento de Informação **(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)**

Requerimento de Informação ao
Ministro das Relações Exteriores, Sr.
Mauro Vieira, sobre o Comunicado
Conjunto da V Reunião do Mecanismo de
Consultas Políticas Bilaterais Brasil-
Palestina.

Assinaram eletronicamente o documento CD251733310100, nesta ordem:

- 1 Dep. Cabo Gilberto Silva (PL/PB)
- 2 Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)
- 3 Dep. Evair Vieira de Melo (PP/ES)

